

TRABALHO E CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: ENTRE *PARA UMA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL* DE LUKÁCS E *O CAPITAL* DE MARX

TRABAJO Y CRÍTICA A LA ECONOMÍA POLÍTICA: ENTRE *HACIA UNA ONTOLOGÍA DEL SER SOCIAL* DE LUKÁCS E *EL CAPITAL* DE MARX

LABOUR AND CRITIQUE OF POLITICAL ECONOMY: BETWEEN LUKAC'S *TOWARD THE ONTOLOGY OF SOCIAL BEING* AND MARX'S *CAPITAL*

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i3.60235>

Henrique Wellen¹

Elton Rosa²

Resumo: Objetivou-se apreender se a crítica realizada por Marx sobre a economia política, desenvolvida em *O Capital*, apresenta uma relação direta com a abordagem de Lukács contida em *Para uma Ontologia do Ser Social*. Adotou-se, como parâmetro central desta empreitada, a comparação entre a análise de Lukács acerca do fundamento ontológico do trabalho, e a utilização da categoria do trabalho abstrato realizada por Marx. Se constatou que, enquanto Marx se propôs a analisar o modo de produção capitalista, Lukács tentou apreender as especificidades do ser social, que são muito mais gerais do que a análise contida em um modo de produção. Nesse sentido, os autores incorporam níveis de abstração bastante distintos na crítica da economia política.

Palavras-chave: Karl Marx. György Lukács. Economia Política. Trabalho Abstrato. Ontologia.

Resumen: El objetivo fue comprender si la crítica de Marx a la economía política, desarrollada en *El Capital*, presenta una relación directa con el enfoque de Lukács contenido en *Hacia una Ontología del Ser Social*. Como parámetro central de este empeño se adoptó la comparación entre el análisis de Lukács sobre el fundamento ontológico del trabajo y el uso de la categoría de trabajo abstracto realizado por Marx. Se encontró que, mientras Marx se propuso analizar el modo de producción capitalista, Lukács intentó captar las especificidades del ser social, que son mucho más generales que el análisis contenido en un modo de producción. En este sentido, los autores incorporan niveles muy diferentes de abstracción en la crítica de la economía política.

Palabras clave: Karl Marx. György Lukács. Economía Política. Trabajo Abstracto. Ontología.

Abstract: The objective was to analyse whether Marx's critique of political economy, developed in *Capital*, presents a direct relationship with Lukács' approach contained in *Toward the Ontology of the Social Being*. As a central parameter of this endeavour, the comparison between Lukács' analysis of the ontological foundation of labour and the use of the category of abstract work carried out by Marx was adopted. It was found that, while Marx set out to analyse the capitalist mode of production, Lukács attempted to grasp the specificities of the social being, which are much more general than the analysis contained in a mode of production. In this sense, the authors incorporate very different levels of abstraction in the critique of political economy.

Key-words: Karl Marx. György Lukács. Political Economy. Abstract Labour. Ontology.

Introdução

György Lukács (1885 – 1971) se dedicou, nas décadas finais de sua vida, à contribuição daquilo que ele acreditava ser uma das maiores necessidades para o avanço da organização política e da consciência de classe trabalhadora: a reconstrução do marxismo. Para ele, a importância dessa tarefa se daria pelas leituras e utilizações instrumentais realizadas por outros autores sobre o pensamento de Marx, que ele considerava equivocadas e que teriam repercutido em análises sociais e encaminhamentos políticos problemáticos³. Dentre os alvos da sua crítica, constavam emissários da segunda internacional, interpretações trotskistas e stalinistas, e até mesmo Friedrich Engels, o longo parceiro de lutas e estudos de Marx⁴.

No entendimento de Lukács, para resgatar, dentro da tradição marxista, a assimilação correta do pensamento de Marx, seria necessário ir em busca dos seus fundamentos teóricos e metodológicos. O grande desafio seria, portanto, a seu ver, remodelar as análises contemporâneas marxistas, tendo por base os elementos mais importantes ressaltados por Marx nas suas reflexões e pesquisas. E, na opinião do filósofo húngaro, o ponto de partida para essa empreitada deveria ser a análise do trabalho como elemento central do desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade.

O esforço dedicado por Lukács para esse fim pode ser medido não somente na quantidade de páginas que ele escreveu e publicou sobre essa temática, mas também pela amplitude de referências teóricas e de categorias elencadas para tentar uma sistematização dos avanços da sua análise. As variadas etapas deste processo, que remetem a avanços e inflexões, podem ser sintetizadas nas suas principais publicações referentes a este período (Lukács, 2010; 2012; 2013). Da mesma forma, tal fato pode ser constatado em relatos e testemunhos registrados de forma biográfica e bibliográfica (Lukács, 2014; 2017).

A disseminação destas análises realizadas por Lukács influenciou, por meio de leituras e de assimilações do seu pensamento, novas posições interpretativas dentro do marxismo. Ademais, estes novos posicionamentos também forneceram maior relevo de pesquisa a categorias e temáticas presentes nas obras de Marx. Esse foi o caso da categoria da alienação que, por influência das análises lukacsianas, tornou-se mais destacada dentro da tradição marxista. Em diversas obras de Lukács se observa não somente a presença constante desta categoria, como também um esforço sobre a atualização da análise do seu impacto e amplitude nas sociedades capitalistas contemporâneas. Se a sua obra de 1923, *História e Consciência de Classe* (Lukács, 2003) irradia uma nova perspectiva crítica ao capitalismo através das categorias da alienação e da reificação, a obra escrita ao final de sua vida, *Para uma Ontologia do Ser Social* (Lukács, 2012; 2013), apresenta uma ampla (e polêmica) atualização analítica acerca desta categoria.

Conforme admitido pelo próprio autor⁵, a esperança que Lukács nutria ao final da vida era poder deixar como legado o enfoque metodológico que ele passara a ressaltar nas obras centrais do período final da sua vida. Como, no seu entendimento, grande parte das leituras e utilizações das análises de Marx teria se aproximado de uma perspectiva positivista, o fundamento metodológico central incorporado pelo pensador alemão não estaria sendo tratado de forma devida. No entendimento do filósofo húngaro, era preciso resgatar a perspectiva ontológica que estaria presente, seja de forma explícita ou não, nas obras de

Marx. Segundo elucida Netto (2012, p. 13), para Lukács, um dos motivos da paralisia teórica do marxismo “residia justamente na liquidação da inspiração ontológica de Marx – não por acaso, em algum lugar ele observou que muito do pensamento staliniano e stalinista expressava uma invasão neopositivista na tradição marxista”.

Mesmo que as suas últimas obras não tenham sido tão influentes como o seu livro de 1923, não se pode desqualificar os impactos que a adoção do seu enfoque ontológico produziu. O Brasil talvez seja um dos países em que essa influência se deu de forma mais significativa. E, nesse contexto, a formação dentro do Serviço Social brasileiro recebeu um aporte de bastante relevo, fazendo com que, por exemplo, léxicos e categorias lukascianas fossem absorvidas e utilizadas com frequência em sua prática acadêmica e profissional⁶.

O legado metodológico de Lukács também serviu de base para novas análises em variados campos do conhecimento, com destaque para a filosofia e a estética. Da mesma forma, o arcabouço teórico-metodológico lukacsiano também foi empregado para análises dentro da crítica da economia política. Sobre essa ciência, ressalta-se que, quando se observam os diversos textos de análises teóricas escritos por Marx, torna-se difícil identificar algum que, mesmo que de forma indireta, não se relacionasse com a análise da crítica da economia política⁷. Assim, tendo essas obras como lastro da sua análise teórica, pode-se dizer que Lukács também apresentou contribuições para a crítica da economia política.

Objetivou-se, neste texto, apreender se a crítica realizada por Marx sobre a economia política desenvolvida em *O Capital* apresenta uma relação direta com a abordagem de Lukács contida em *Para uma Ontologia do Ser Social*. Adotou-se, como parâmetro central desta empreitada, a comparação entre a análise de Lukács acerca do fundamento ontológico do trabalho e a utilização da categoria do trabalho abstrato realizada por Marx.

No Princípio era o Ato⁸: trabalho, valor de uso e valor de troca em Para uma Ontologia do Ser Social

Assim como Karl Marx, György Lukács se dedicou, até os últimos momentos da sua vida, à luta pela superação do capitalismo, no rumo da construção da sociedade comunista. Para tanto, o autor húngaro realizou atividades diversas, fossem estas direcionadas para a organização política, ou voltadas para a formação e a divulgação teórica. Em relação a este quadrante, a sua produção bibliográfica é monumental, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Várias de suas obras representam, especialmente dentro dos estudos estéticos e filosóficos, referências centrais para o desenvolvimento destas áreas de conhecimento. Dentre estes referenciais teóricos, a que, até hoje, recebeu mais destaque foi, conforme indicado anteriormente, *História e Consciência de Classe*, que foi escrita e publicada no início da década de 1920⁹.

Contudo, anos depois da publicação desta obra, Lukács não somente apresentou uma dura crítica a vários elementos teóricos, metodológicos e políticos presentes na obra anteriormente citada, como também, intentando superar os limites idealistas contidos neste livro, buscou constituir as bases de uma

“ontologia materialista e histórica do ser social”, fundada na categoria do trabalho (Wellen, 2023, p. 305). No entendimento do autor húngaro, a construção destas bases analíticas representaria um empreendimento indispensável para a retomada de princípios fundamentais da perspectiva metodológica inaugurada por Karl Marx e, assim, para a “renovação do marxismo” (Netto, 2002, p. 78). Foi nesta direção que ele dedicou os esforços centrais das últimas décadas da sua vida.

Sobre o período final da vida de Lukács, observa-se um movimento contraditório em relação à tarefa anteriormente indicada. Se, de um lado, ele tinha, diante de si, regulado pelo elevado nível de exigência daquilo que se propôs a fazer, uma grande demanda de atividades, por outro lado, duas determinações agravaram a possibilidade de feitura sistemática deste empreendimento. O falecimento da sua companheira, Gertrud Bortstieber, em 1963, produziu severos impactos em Lukács e, nos anos seguintes, o agravamento de um câncer pulmonar o levou, em 1971, a óbito (cf. Pinassi, Lessa, 2002, p. 188-189).

Mesmo durante este período de dificuldades, o filósofo húngaro tentou, até os momentos finais da sua vida, apresentar, de forma sistematizada, os materiais que estava preparando e que englobariam análises e exposições do que ele denominava de *Para uma Ontologia do Ser Social*. Além da publicação de dois extensos tomos que representariam, respectivamente, a primeira parte da sua ontologia, dedicada à análise de autores e de perspectivas teóricas (Lukács, 2012), e a segunda parte, relativa ao exame de categorias centrais da determinação do ser social (Lukács, 2013), outros materiais desta época também foram identificados e socializados. Destacam-se a chamada “Pequena Ontologia” (*Prolegômenos a uma ontologia do ser social* – Lukács, 2010), assim como vários rascunhos que serviriam de base para a escrita da sua *Ética*, que, após a sua morte, foram publicadas pelo *Lukács Archivum*, de Budapeste, e que, no Brasil, foram traduzidas e publicadas por Sérgio Lessa (Lukács, 2014b).

A relação entre estes temas (ontologia e ética), por sinal, expressava, nas últimas décadas de produção teórica de Lukács, uma necessidade analítica¹⁰. Um dos argumentos centrais externados pelo filósofo húngaro para a investigação e exposição dos elementos que comporiam uma ontologia do ser social adveio a partir do seu interesse em apresentar uma análise sobre a ética a partir da perspectiva marxista. Ao investigar as bases deste complexo social (ética), o filósofo húngaro percebeu a necessidade de adentrar, de forma profunda e meticulosa, naquilo que lhe figurava como pressuposto de análise. Ou seja, ele percebeu que, para afugentar desvios teóricos idealistas, se requereria, na investigação da ética, apreender de que forma as objetivações humanas se relacionam com os processos de valoração e, especialmente, como estes elementos ideológicos se processam por meio de escolhas que tem a sua base constitutiva na esfera econômica¹¹.

Nesse sentido, para o desenvolvimento de uma correta análise da ética, seria necessário, antes, um estudo aprofundado sobre as determinações que consubstanciam o ser social, partindo dos seus elementos mais fundantes. Por isso que, no entendimento de Lukács (2013, p. 44), a exposição da sua ontologia do ser social deveria ser iniciada e desenvolvida a partir da categoria do trabalho:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e

natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.

Ressalta-se que, ao empreender este tipo de análise sobre o trabalho, buscando apreender os elementos que consubstanciam a sua determinação ontológica, se torna necessário o recurso ao processo de abstração. Apenas de forma teórica é que se pode realizar uma análise isolada do trabalho e, para que isso ocorra, faz-se preciso realizar a abstração dos outros complexos sociais, como a sociabilidade ou a linguagem. Lukács tanto esclarece essa condição analítica, como aponta para o fato de que não se propôs a realizar uma avaliação destes complexos a partir de uma “sucessão temporal claramente identificável, e sim, quanto à sua essência, simultaneamente” (Lukács, 2013, p. 44). Além disso, para dar suporte argumentativo à sua análise, o filósofo húngaro remete às possíveis semelhanças que o processo de abstração utilizado por ele teria com o realizado por Marx na constituição de *O Capital*.

Para o autor húngaro, o trabalho poderia ser considerado como o elemento fundante do ser social e, desta forma, nele estariam “contidas *in nuce* todas as determinações” que constituiriam a essência da humanidade (Lukács, 2013, p. 44). É nesse sentido que ele apresenta o enfoque metodológico que serviu de base para a sua obra principal: “o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social; parece, pois, metodologicamente vantajoso iniciar pela análise do trabalho, uma vez que o esclarecimento de suas determinações resultará num quadro bem claro dos traços essenciais do ser social” (idem). A análise destas características constitutivas da humanidade, mesmo que se processassem em formas diferentes ao longo das diversas organizações societárias, direcionava-se para a identificação daquilo que não apenas fundaria o ser social, mas lhe configuraria como uma qualidade permanente. O grande exemplo desta dinâmica seria, portanto, para Lukács, o trabalho.

Em relação aos termos da economia política, o filósofo húngaro, a partir de uma citação de Marx de *O Capital*, elucida que, neste momento da sua exposição, ele está abordando o trabalho como “criador de valores de uso” e, portanto, como trabalho útil ou concreto. Isso ocorre porque (conforme será abordado com mais detalhes no próximo tópico), ao analisar as representações do trabalho a partir da forma mercadoria, o autor de *O Capital* indica que, enquanto produtor de valores de uso, o trabalho representaria uma atividade permanente em todas as formações históricas e sociais. Inclusive, como forma de elucidação acerca da especificidade de sua análise, Lukács adverte sobre a sua utilização deste termo (valor de uso). Para ele, as pessoas que lessem o seu livro não deveriam se “escandalizar [com] a utilização da expressão ‘valor de uso’, considerando-a um termo muito econômico, uma vez que se está falando da gênese”. Ao se referir à gênese da humanidade, o autor húngaro estaria indicando o momento econômico inicial da humanidade, em que “o valor de uso nada mais designa que um produto do trabalho que o homem pode usar de maneira útil para a reprodução da sua existência”, pois os produtos do trabalho ainda não teriam “entrado numa relação de reflexão com o valor de troca” (Lukács, 2013, p. 44).

Em uma passagem posterior de *Para uma Ontologia do Ser Social*, Lukács (2013) expõe mais detalhes da relação entre o enfoque metodológico adotado nesta obra e a conexão apresentada entre o trabalho e as

categorias do valor de uso e do valor de troca. Novamente tomando por base algumas citações de Marx, desta vez sobre a análise do dinheiro na relação com o trabalho que, no entendimento do autor húngaro, se expressaria no “metabolismo da sociedade com a natureza”, ele destaca que seria “com esse método que se deve empreender também ontologicamente a análise da estrutura interna do ser social” (Lukács, 2013, p. 194). Para Lukács, a partir do seu enfoque metodológico, “deve-se investigar que categoria ou então que complexo de categorias possui prioridade ontológica em relação às demais, que categoria pode existir sem as demais e, em contraposição, o ser de qual delas pressupõe ontologicamente o ser das demais” (idem).

Por isso que, em relação às categorias do valor de uso e do valor de troca, como o método empregado por Lukács se lastrearia pelo enfoque ontológico, a prioridade analítica recairia sobre o elemento que possuísse anterioridade de existência e de determinação sobre os outros. Nesse sentido, como o valor de uso teria surgido antes do valor de troca, como aquele poderia existir sem esse, e que, como a recíproca não seria verdadeira, a prioridade ontológica recairia sobre o valor de uso:

É preciso, portanto, atribuir a esse momento do ser a prioridade ontológica com relação ao outro, do mesmo modo que, num estágio superior do desenvolvimento, o valor de uso (o objeto natural, elaborado economicamente, em termos de trabalho) possui uma prioridade ontológica com relação ao valor de troca; uma vez mais, a existência, o funcionamento do valor de uso é possível sem troca, isto é, sem valor de troca, e foi realidade durante longos períodos, enquanto um valor de troca não é capaz de existir sem valor de uso (Lukács, 2013, p. 194-195).

Todavia, não seriam poucas as dificuldades que existiriam para a realização correta do método ontológico, especialmente porque, de forma geral, a tendência das perspectivas burguesas, sejam idealistas ou naturalistas, é descrever fatos da sociedade capitalista e impor, de forma arbitrária, uma suposta existência retroativa destes. Além disso, conforme ressaltado algumas vezes por Lukács (2013, p. 117; p. 257-258) ao longo da sua obra, a defesa da prioridade ontológica não indica a prevalência de algum tipo de “hierarquia de valores”. A detecção de que algum complexo social seja ontologicamente prioritário não se reflete na sua avaliação moral, seja de cunho positivo ou negativo. No caso da categoria do trabalho, a indicação de sua prioridade ontológica na determinação do ser social não o delimita a uma condição moral ou valorativa pré-determinada. Por exemplo, como demonstram várias formações sociais, a realização do trabalho pode servir para realizar ou para explorar o ser humano e, nas duas condições, se manteria como fundante da sociedade.

O trabalho seria, no entendimento de Lukács, uma categoria fundante do ser social não porque as pessoas, a partir da sua execução, se sentissem moralmente realizadas. A prioridade ontológica atribuída ao trabalho ocorre em relação à uma necessidade central para a constituição da humanidade. Por isso que, nesse sentido, o filósofo húngaro afirma que, neste momento de sua análise, “devemos considerar o trabalho exclusivamente no sentido estrito do termo, na sua forma originária, como órgão do metabolismo entre homem e natureza” (Lukács, 2013, p. 78). No seu entendimento, isso ocorreria porque “somente dessa maneira se pode mostrar aquelas categorias que nascem de um modo ontologicamente necessário

daquela forma originária e que, por isso, fazem do trabalho o modelo da práxis social em geral” (Lukács, 2013, p. 78).

Percebe-se que, para a realização deste tipo análise do ser social, em que se busca identificar os elementos que fazem com que o trabalho represente o “modelo de práxis social em geral”, se exige um elevado grau de abstração. Não se trata de analisar as formas específicas de realização do trabalho ao longo da humanidade e quais seriam as características particulares de cada uma destas. Não se busca, por exemplo, apreender as distinções sociais e históricas entre o trabalho assalariado, servil ou escravo. Mas objetiva-se apreender aquelas características que, mesmo tendo o trabalho recebido variadas determinações históricas e assumindo, a partir das suas distintas relações sociais, novas formas e sentidos, permanecem determinando a sua qualidade fundamental. Sob este enfoque, aquilo que determinaria a prioridade ontológica do trabalho nas diversas sociedades, seria a sua condição de “metabolismo entre homem e natureza”.

É a partir desta caracterização do trabalho que o filósofo húngaro conecta a sua análise econômica. E isso ocorre a partir de dois encaminhamentos complementares. Por um lado, o trabalho, caracterizado como o metabolismo entre a humanidade e a natureza, se objetivaria no valor de uso e, desta forma, operaria, no primeiro momento, como fundamento econômico. Por outro lado, na análise histórica e genética deste complexo social, se observaria como a realização do trabalho incide tanto em novas formas de sociabilidade como instaura possibilidades e consequências desconhecidas e, até mesmo, incontrolláveis. O trabalho representaria, nesse sentido, o fundamento do desenvolvimento da sociedade que, por consequência, se conectaria com as diversas relações e práticas sociais. O seu desenvolvimento possibilitaria a ampliação da sociabilidade e, portanto, tanto permitiria o “recuo das barreiras naturais”, como ampliaria as conexões e possibilidades sociais da humanidade¹².

O desenvolvimento da sociedade, tendo por base a realização do trabalho, se processaria, no entendimento do autor, na sua dinâmica econômica, no movimento processual entre valores de uso e valores de troca:

a forma originária do trabalho, na qual a utilidade põe o valor do produto, mesmo que se relacione diretamente com a satisfação da necessidade, põe em marcha, no homem que o realiza, um processo cuja intenção objetiva – independentemente do grau de consciência – está voltada para o superior desenvolvimento do homem. Assim se produz no valor econômico, uma intensificação qualitativa diante do valor que já existia na atividade simples, produtora de valores de uso. Surge assim um duplo movimento contraditório: de um lado, o caráter de utilidade do valor sofre uma intensificação em direção ao universal, para o domínio de toda a vida humana, e isso acontece simultaneamente ao tornar-se cada vez mais abstrato da utilidade, na medida em que o valor de troca, sempre mediado, elevado à universalidade e em si mesmo contraditório, assume um papel de guia nos intercâmbios sociais dos homens, sem que com isso se possa esquecer que a vigência do valor de troca sempre pressupõe que este se baseie no valor de uso (Lukács, 2013, p. 116).

Em termos econômicos, pode-se afirmar que, ao ser analisado a partir do enfoque ontológico, o trabalho, por produzir de valores de uso, representaria, desde a sua forma originária, o fundamento econômico do valor. Contudo, a dinâmica social que envolve a realização do trabalho incidiria, no entendimento de Lukács, na reconfiguração na determinação do valor. Se, nas palavras do autor, na

“forma originária do trabalho”, a utilidade determinava o “valor do produto”, com o desenvolvimento social, esse processo tanto se ampliou em escopo social, em “direção ao universal”, como teria imposto um caráter “cada vez mais abstrato da utilidade”. Esses fenômenos teriam ocorrido a partir da vigência do valor de troca nas relações econômicas, ao assumir “um papel de guia nos intercâmbios sociais dos homens”.

A análise de Lukács se conecta, desta forma, com a instauração da forma mercadoria, e aponta para fenômenos variados, em que, tanto esta dinâmica teria produzido uma ampliação das relações sociais, como, nos intercâmbios de produtos do trabalho, o valor de uso, mesmo mantendo-se como pressuposto do valor de troca, teria se tornado, gradativamente, mais abstrato e subordinado ao valor de troca. O autor húngaro remete a alguns elementos da teoria do valor de Marx para esclarecer a sua posição. Destacando a sequência analítica de Lukács, como ele busca apreender os fenômenos sociais a partir de uma hierarquia de prioridades ontológicas, pauta-se a preocupação de não se esquecer qual seria o elemento fundante e quais seriam deste derivados. Tal premissa fica clara na abordagem do filósofo húngaro sobre a relação entre as formas de trabalho e a mercadoria:

A transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato, os destinos sociais dessa forma do trabalho abstrato que voltou a ser objetivada perfazem justamente a essência da mercadoria em sua dinâmica no ser. Portanto, economicamente é evidente que o intercâmbio de mercadorias pressupõe o trabalho, ao passo que um trabalho, até mesmo um trabalho cujo desenvolvimento já leva à divisão social do trabalho, é perfeitamente possível antes da existência da mercadoria (Lukács, 2013, p. 668).

Adotando-se o enfoque de análise pautado pela prioridade ontológica, torna-se explícita a assimetria de existência entre o trabalho e a mercadoria. Não somente só existe intercâmbio de mercadorias a partir da realização do trabalho, como pode ocorrer, conforme demonstram várias formações sociais, a realização do trabalho sem a existência da mercadoria. Nesse sentido, pode-se inferir a validação da afirmação sobre a “transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato”. Contudo, como Lukács não explicita nem detalha o teor da sua sentença, questiona-se a precisão teórica desta relação, em que se pauta a *transformação* destas categorias. Ao realizar esta afirmação, o filósofo húngaro estaria entendendo que a vigência do trabalho abstrato anularia o trabalho concreto, ou que estes dois elementos poderiam, a partir do domínio capitalista, se vincular a um mesmo ato de trabalho?

O que se examina aqui, portanto, não é apenas qual foi o enfoque empregado por Lukács para analisar as categorias de trabalho concreto e de trabalho abstrato, mas como, a partir deste enfoque, estas duas categorias se expressam, em tendência, nos atos de trabalho dentro da sociedade capitalista. Para auxiliar na solução desta questão, pode-se recorrer à orelha da edição brasileira de *Para uma Ontologia do Ser Social*, escrita por Ricardo Antunes:

Pelo papel central na gênese do ser social, no seu ir-sendo e no vir-a-ser, Lukács pode, na primorosa linhagem aberta por Marx, mostrar que o trabalho, mesmo quando se conforma como um trabalho estranhado, não elimina *definitivamente* sua dimensão de atividade vital. Em termos marxianos, o *trabalho abstrato* subordina o *trabalho concreto* ao mesmo tempo que o preserva. Assim, Lukács supera não só toda uma escola desconstrutora do trabalho – conhecida pelas teses do “fim do trabalho” – como também aqueles que, ao recusarem justamente as várias modalidades de alienação e estranhamento, fazem-no através do desencanto do trabalho, do advento do reino das

melancolias e, *last but not least*, do sepultamento das potencialidades emancipadoras das forças sociais do trabalho (itálicos do original).

As indicações de Antunes acerca da distinção entre trabalho abstrato e trabalho concreto dentro da obra de Lukács conduzem para uma interpretação de que, dentro da sociedade capitalista, mesmo que ocorra um processo de subordinação do trabalho concreto pelo trabalho abstrato, aquele ainda se encontraria “preservado”. Por isso que, diferentemente de posturas teóricas que conjecturam sobre o fim do trabalho, as análises ontológicas do filósofo húngaro serviriam para atestar a centralidade desta categoria dentro da sociedade atual. Da mesma forma, e ainda com maior relevo, destaca-se o encaminhamento analítico desta caracterização como subsídio à crítica aos processos de alienação do trabalho. Reproduzindo o ordenamento dos capítulos da obra prefaciada, que vai da categoria do trabalho à categoria da alienação/estranhamento, Antunes ressalta, através da relação entre trabalho abstrato e trabalho concreto, a importância de *Para uma Ontologia do Ser Social* para a crítica das formas de alienação da sociedade capitalista. Outrossim, de forma sintética, o que se aponta nesta interpretação é um movimento crítico aos processos de precarização do trabalho, concernentes, por exemplo, a estudos da sociologia do trabalho.

A Coruja de Minerva¹³: trabalho abstrato x trabalho concreto em O Capital

Na parte inicial de *O Capital*, quando Marx principia a exposição da manifestação e da determinação do valor das mercadorias, ele faz alusão direta ao fundamento do trabalho. De um lado, o autor alemão apresenta o trabalho relacionado ao valor de uso das mercadorias e, de outro, expõe o trabalho conectado ao valor de troca (como manifestação do valor) das mercadorias. Assim ele disserta sobre o primeiro lado do trabalho, relacionado à produção de valor de uso: “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (Marx, 1996a, p. 172).

O destaque sobre essa face do trabalho apresentada por Marx, quando comparada com as análises anteriores extraídas da obra de Lukács, indica, de início, um elemento paradoxal. A citação anterior é um dos poucos momentos em que o autor alemão se refere ao que poderia ser tratado, na obra anteriormente analisada de Lukács, como uma espécie de trabalho em sua condição originária ou analisada a partir de sua prioridade ontológica. Diferentemente da abordagem em *O Capital*, esse enfoque do trabalho como produtor de valor de uso se encontra bastante desenvolvido em *Para uma Ontologia do Ser Social*, pois, para o filósofo húngaro, se trata, conforme indicado, de elemento fundante do ser social.

Observa-se, de imediato, uma assimetria entre as ênfases dos dois autores acerca desta análise. É importante ressaltar que a diferença entre quantidade de páginas e frases direcionadas ao trabalho como expressão do valor de uso (Marx) ou no seu sentido mais ontologicamente universal na esfera do ser social (Lukács), expressa, essencialmente, uma importante diferença de enfoques entre os dois autores. Conforme indicado anteriormente, para Lukács, se trata de apreender as determinações constituintes do ser social que, nesse sentido, teriam validade universal dentro dessa esfera do ser. Por isso, o filósofo

húngaro busca abstrair as especificidades históricas que determinam as formas de trabalho, objetivando apreender essa categoria na “sua forma originária”.

Por outro lado, quando Marx apresenta a citação indicada anteriormente sobre a relação entre trabalho e valor de uso, ele está realizando uma análise sobre as determinações e manifestações de valor da mercadoria dentro do modo de produção capitalista. A frase de abertura de *O Capital* é bastante elucidativa em relação ao enfoque adotado pelo autor alemão nessa obra: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria” (Marx, 1996a, p. 165).

Em distinção à perspectiva de Lukács (2013), de começar a sua exposição a partir da categoria do trabalho, o tratamento dado a esta categoria (trabalho) na obra madura de Marx está subsumido à exposição dos elementos da mercadoria e do seu valor. Isso fica explícito no subtítulo utilizado para nomear o item em que aparece a citação já indicada anteriormente: *duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias*. Nesse momento, não se trataria, para Marx, de analisar o trabalho a partir de suas condições originárias ou de prioridade ontológica, nem o seu foco de investigação se estrutura a partir desta categoria. A exposição da categoria do trabalho, no início de *O Capital*, ocorre pela necessidade de se apresentar a determinação do valor das mercadorias e de se demonstrar como a sua forma dúplice se manifesta especificamente em sociedades nas quais predomina o modo de produção capitalista. Na referida obra de Marx, esta análise do trabalho opera como expressão fundamental das formas de valor da mercadoria.

Em *O Capital*, são as manifestações da mercadoria na sociedade capitalista que incidem sobre a exposição do trabalho e não o contrário. Nesse sentido, como, pela sua aparência, a mercadoria manifesta-se como portadora de valor de uso e de valor de troca, Marx busca a conexão destes elementos com as formas de trabalho. Como dito, como produtor de valor de uso, o trabalho é algo universal. Mas não apenas: a expressão do valor de uso da mercadoria conecta-se com a manifestação concreta da sua produção, com as especificidades do processo produtivo que a originou e que, portanto, torna uma determinada espécie de mercadoria distinta de todas as demais.

Por ser resultante dessa relação social, o valor de uso demarca-se pela especificidade. Esta especificidade, por sua vez, se manifesta na mercadoria também a partir do trabalho que foi dispendido na sua produção. Assim, as especificidades do valor de uso da mercadoria refletem as especificidades do trabalho que serviu para produzi-la e que podem ser identificadas por distintas características produtivas: estado da técnica, aplicação da ciência ao trabalho, cultura nacional, regional ou local, em suma, a história que permitiu que um determinado tipo de trabalho útil viesse a cumprir um papel na divisão social do trabalho. Aquilo que é específico na mercadoria reflete aquilo que é específico no trabalho que foi utilizado na sua produção. Nesse sentido, a mercadoria, analisada como valor de uso, manifesta o trabalho na sua forma útil e concreta.

Todavia, a manifestação da mercadoria através do seu valor de uso, assim como o trabalho a partir da sua forma útil e concreta, explicam pouco sobre o modo de produção capitalista e, menos ainda,

sobre a determinação do valor dentro deste sistema econômico. Na sociedade dominada pelo modo de produção capitalista, as trocas de mercadorias, em seu aspecto quantitativo, não ocorrem pela mediação pura dos seus valores de uso. Como, dentro das relações econômicas capitalistas, o valor de uso se apresenta como suporte do valor das mercadorias, o enfoque adotado em *O Capital* foi justamente analisar a determinação e o funcionamento deste fenômeno.

Nessa sociedade, o valor de troca é algo que se manifesta na mercadoria sempre que ela esteja confrontada em uma relação de intercâmbio com outra mercadoria. Na verdade, o valor de troca como manifestação das mercadorias também não é algo exclusivo da sociedade capitalista. O que este modo de produção inaugurou foi a dominação do valor de troca nas relações sociais, que tem relação com o crescente predomínio da esfera da produção pelo capital e com a determinação do equivalente como pressuposto das relações de troca. Com isso, na dominação da forma mercadoria se manifesta não somente a unidade e o caráter crescentemente universal da produção das mercadorias, como também se expressa o trabalho como abstração geral dessa determinação. Observa-se, mais uma vez, que não se trata, nesse momento de exposição do autor alemão, de denúncia da destruição das qualidades particulares ou pessoais dos processos produtivos, nem dos trabalhos despendidos para gerar estas mercadorias. Na exposição sobre a relação entre trabalho abstrato e trabalho concreto realizada por Marx, em *O Capital*, não se prioriza o enfoque das múltiplas características subjetivas do trabalho, mas a análise da sua representação na mercadoria.

É a partir desse ponto que Marx conseguiu encaminhar uma crítica dentro do campo da economia política, em que apresentou, por meio da análise da manifestação do valor das mercadorias, a relação de equivalência entre as distintas formas de trabalho. Para tanto, um novo caminho de análise, até então inédito dentro da história da economia política, foi por ele construído. Ainda que autores da economia política que precederam Marx tenham empregado categorias como valor e valor de troca, ou trabalho e força de trabalho, eles não apresentaram as distinções mais específicas tornadas possíveis pela análise a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Foi somente com essas diferenciações, que só começaram a ganhar contornos mais claros nas obras de Marx a partir da segunda metade dos anos de 1860, que o autor alemão conseguiu, por exemplo, indicar com precisão a mais-valia (ou mais-valor), bem como a sua funcionalidade para a compreensão de outros fenômenos do modo de produção capitalista¹⁴.

É importante ressaltar uma característica central em relação à distinção entre as categorias de valor e de valor de troca realizada por Marx. A partir das exposições contidas em *O Capital*, assim como pelas revisões encaminhadas pelo autor alemão para as edições desta obra, constata-se que o valor de troca é exposto como uma manifestação do valor que, nem sempre ocorre a partir de uma relação de equivalência. O valor de troca sempre se expressa a partir de uma relação entre mercadorias que, por exemplo, na forma preço, se confronta com uma mercadoria que assumiu a condição de equivalente geral e, portanto, de dinheiro. Já o valor, analisado em termos quantitativos, se refere a uma magnitude, ou grandeza, que é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário dispendido no processo de produção da mercadoria. Enquanto a magnitude (ou grandeza) de valor da mercadoria se condiciona na esfera da produção econômica, o valor de troca se expressa na esfera da circulação. Por isso, o valor de

troca de uma mercadoria pode oscilar, por exemplo, a partir de variações entre ofertas e demandas de mercadorias, mesmo mantendo-se constante a sua magnitude do valor¹⁵.

A realização desta análise de Marx passa, necessariamente, por uma forma bem específica de utilização da categoria do trabalho abstrato¹⁶. E, repetimos mais uma vez, a exposição desta categoria em *O Capital* não ocorre no sentido universal, pois se encontra conectada à forma mercadoria. Trata-se do trabalho abstrato representado nas mercadorias, operando como determinação social dos seus valores. Além disso, ressalta-se que o movimento de abstração aqui adotado por Marx (1996b, p. 130) expressa um importante recurso metodológico:

Além disso, na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos. Para a sociedade burguesa, a forma celular da economia é a forma de mercadoria do produto do trabalho ou a forma do valor da mercadoria.

Conforme indicado no tópico anterior, Lukács, na sua principal obra, realizou uma citação desta afirmação de Marx a fim de explicar e subsidiar a importância do processo de abstração para a análise do trabalho como fenômeno originário do ser social. Contudo, observa-se uma importante diferença entre a utilização da abstração realizada pelo autor alemão em *O Capital* daquela executada pelo filósofo húngaro em *Para uma Ontologia do Ser Social*. Ainda que este recurso seja explicitado pelos dois autores, os seus níveis de intensidade são bem diferentes. Enquanto Lukács, ao buscar a análise do trabalho como categoria fundante do ser social, enceta uma abstração de todas as formações sociais, Marx, ao apreender o trabalho a partir das suas formas de representação na mercadoria, delimita o escopo da sua abstração à sociedade dominada pelo modo de produção capitalista.

É a partir deste escopo, isto é, nos limites do modo de produção capitalista, que, em *O Capital*, o autor alemão estabelece a exposição da categoria do trabalho abstrato. O trabalho abstrato, na obra citada, figura como uma relação social que, representada na forma mercadoria, transcende as especificidades de cada tipo particular de produção dentro do capitalismo em torno de uma equivalência destes trabalhos específicos. Assim, o trabalho abstrato só pode existir através das formas concretas de trabalho e não autonomamente a estes. Claro que isso só existe como categoria presente na totalidade social, e que aporta, portanto, um sentido que é necessariamente não-concreto¹⁷:

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (Marx, 1996a, 168).

O enfoque adotado por Marx em *O Capital* não se direcionou para uma análise empírica do trabalho abstrato, próxima, por exemplo, de estudos da sociologia do trabalho. O seu enfoque não estava demarcado por elementos subjetivos ou de precarização das condições de trabalho, e, assim, não existiria algo como um caso empírico de “trabalho abstrato”, nem, muito menos, de um “trabalhador abstrato”. Mas essa categoria (trabalho abstrato) não é nem um pouco menos real ou material do que, por exemplo, o trabalho concreto, a exploração ou o capital. É uma categoria que não apenas possui validade real e heurística na análise econômica no capitalismo, como é indispensável para conectar o exame da

manifestação e do conteúdo de valor da mercadoria. Além disso, a partir de modificações históricas, o trabalho abstrato tem operado como uma mediação fundamental na vida social:

Portanto, os homens relacionam entre si seus produtos de trabalho como valores não porque consideram essas coisas meros envoltórios materiais de trabalho humano da mesma espécie. Ao contrário. Ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem. [...] A tardia descoberta científica, de que os produtos de trabalho, enquanto valores, são apenas expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção, faz época na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissipa, de modo algum, a aparência objetiva das características sociais do trabalho. O que somente vale para esta forma particular de produção, a produção de mercadorias, a saber, o caráter especificamente social dos trabalhos privados, independentes entre si, consiste na sua igualdade como trabalho humano e assume a forma de caráter de valor dos produtos de trabalho, parece àqueles que estão presos às circunstâncias de produção mercantil, antes como depois dessa descoberta, tão definitivo quanto a decomposição científica do ar em seus elementos deixa perdurar a forma do ar, enquanto forma de corpo físico (Marx, 1996a, p. 200).

A abstração das características úteis das mercadorias e dos trabalhos que as produziram é um movimento necessário, no modo de produção capitalista, para que ocorra a determinação dos seus valores. Mediadas pelas trocas, as mercadorias se relacionam entre si e, conseqüentemente, confrontam os tipos de trabalhos que foram empregados nas suas respectivas produções. O desenvolvimento das trocas de mercadorias exige o processo de quantificação. Salienta-se que a quantificação não é a anulação das qualidades da mercadoria, mas é a abstração de quase todas elas. Quase todas porque o processo de quantificação só existe quando uma mesma qualidade é adotada como parâmetro comparativo. Não se podem comparar dois corpos tomando-se como referência, por exemplo, o tamanho de um e o peso do outro. A comparação quantitativa ocorre pela seleção e eleição de apenas uma qualidade. Conseqüentemente, as outras qualidades são abstraídas.

Como relação de trocas de valores, o trabalho se encontra representado na mercadoria. Torna-se quantificado porque foi abstraído em torno de uma unidade qualitativa, em que uma das suas qualidades foi relevada e as outras foram abstraídas. O que diferencia qualitativamente os tipos específicos de trabalho deixa de se manifestar, e o que é unitário passa a ser determinante. Mas o trabalho abstrato, como categoria, é uma forma de ser, uma determinação advinda do desenvolvimento do objeto analisado que, nesse caso, é o modo de produção capitalista. Apenas a partir da dominação da forma mercadoria, surgida na sociedade capitalista, é que o valor se tornou universal nas relações econômicas, requerendo-se, assim, a característica mais abstrata e universal de qualquer processo de trabalho: que ele é realizado no tempo, e por isso possui uma determinação quantitativa temporal.

O movimento de abstração realizado por Marx em *O Capital* representa, pois, tanto uma ferramenta metodológica utilizada, como uma premissa social vinculada à especificidade histórica analisada. A categoria do trabalho abstrato se origina diretamente da sociedade dominada pelo modo de produção capitalista e demarca uma das principais especificidades desta sociedade em relação às anteriores. Vale ressaltar, inclusive, que esse movimento expositivo, de buscar apreender as qualidades específicas do objeto analisado, representa uma das qualidades que diferencia Marx dos autores da economia política, que, em geral, tendiam à naturalização da sociedade burguesa. Ao identificar o que é

particular do modo de produção capitalista, Marx indica a necessidade de uma análise relacional, que situe historicamente o objeto investigado, assim como, de forma sarcástica, critica os economistas que desconsideraram este fato:

As determinações que se aplicam à produção em geral devem ser corretamente isoladas para não permitir que a unidade que decorre do próprio fato de que o sujeito, a humanidade, o objeto, a natureza, são os mesmos, obscureça a diferença essencial. Na falha em perceber essa diferença repousa, por exemplo, toda a sabedoria dos economistas modernos que estão tentando provar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes (Marx, 2010a, 23).

Não obstante, o mais importante aqui nesse momento de exposição é precisar a grandeza e os limites da abstração realizada por Marx. Mesmo que seja uma tarefa bastante complexa, pois busca apreender as categorias a partir das suas conexões com a totalidade social, o movimento de abstração adotado pelo pensador alemão se delimitou ao modo de produção capitalista. De forma direta: foi por causa desta delimitação que Marx pode apresentar, de forma lógica, as categorias centrais e específicas deste objeto.

Ao comparar essa delimitação realizada por Marx com o movimento de abstração desenvolvido por Lukács logo a partir do início da sua *Para uma Ontologia do Ser Social*, percebe-se uma grande diferença entre seus escopos. Mesmo que Lukács (2018c, p. 10), busque indicar uma vinculação direta do seu movimento de abstração com aquele realizado por Marx, é possível constatar uma significativa diferença de enfoque. Lukács, na sua obra cita, está lidando com categorias gerais e fundantes do ser social, como a sociabilidade, a linguagem e o trabalho. Por causa disso, o seu nível de abstração é muito maior do que o que Marx empregou em *O Capital*. A abordagem do pensador alemão se processa a partir de uma premissa histórica clara: a vigência da sociedade dominada pelo modo de produção capitalista. Foi levando-se em consideração os fatos históricos ocorridos nessa sociedade que Marx realizou o seu movimento de abstração, tentando apresentar as categorias inerentes a essa realidade.

Além disso, é importante afirmar que, na análise do autor de *O Capital*, se tratar de uma categoria histórica não é o mesmo que defender a sua exposição por meio de uma abordagem histórica ou historicista¹⁸. Para Marx, estes são dois enfoques que merecem bastante consideração para suas diferenciações. Podem-se rastrear historicamente os passos do surgimento de uma categoria. Mas isso só pode ser realizado depois que a própria categoria já passou a existir ou, ao menos, quando a sua existência se tornou possível. A categoria do trabalho abstrato, por exemplo, só passou a ter eficácia prática a partir do advento da sociedade dominada pelo modo de produção capitalista. Na sua existência já está pressuposta, portanto, o conjunto de determinações posto pelo modo de produção capitalista. E, em *O Capital*, a forma pela qual essa categoria foi exposta implica e pressupõe, logicamente, a vigência do modo de produção capitalista.

Essa afirmação, de que o modo de produção capitalista se encontra pressuposto já no início de *O Capital*, não é, entretanto, consensual dentre os analistas desta obra. O caso mais célebre de uma avaliação divergente foi apresentado por Friedrich Engels. Após a morte de Marx, coube, ao seu parceiro histórico, a árdua tarefa de organizar e editar os materiais deixados pelo autor alemão, a fim de apresentá-los de

forma sistemática e cadenciada. Desse esforço surgiram os livros 2 e 3 de *O Capital*. No prefácio ao livro 3 de *O Capital*, ao apresentar contendas contra Schmidt e Fireman acerca da validade da análise econômica de Marx, Engels (2010, p. 16) realiza a seguinte afirmação:

Isto deixa claro, portanto, porque, no começo do seu primeiro livro [de *O Capital*], Marx adota a produção simples de mercadorias como sua premissa histórica para, em última análise, avançar desta base até o capital – porque ele procede da mercadoria simples no lugar da sua forma lógica e histórica secundária – da mercadoria já consubstanciada de maneira capitalista. Fica claro, obviamente, que Fireman não consegue perceber isso.

No entendimento de Engels, a parte inicial de *O Capital* seria, portanto, referente a uma exposição econômica pré-capitalista, em que a mercadoria (e o valor) ainda não teria passado pelas determinações do modo de produção capitalista. Nessa interpretação, em vez de iniciar essa obra (*O Capital*) por algo que fosse específico da sociedade capitalista, Marx teria realizado uma abordagem histórica e, a partir desse enfoque, ele teria, gradativamente, avançado até conseguir expor as novas determinações que esse fenômeno teria recebido posteriormente. Lukács (2014a, p. 30), por seu turno, em entrevista que concedeu ao final da sua vida, apresentou, ainda que de maneira ambivalente, uma interpretação análoga a Engels:

Este é, na minha opinião, o ponto de vista central do marxismo, e posso lembrar Marx a propósito da célebre definição segundo a qual as categorias são formas e determinações da existência; o que constitui uma antítese direta da concepção kantiana e também da concepção hegeliana da categoria. É daqui que deriva o método genético, como se pode constatar lendo o início de *O Capital*, onde não se começa pelo trabalho, porém da troca mais elementar de mercadorias. Da ontologia da troca de mercadorias decorre, finalmente, a determinação genética do dinheiro como mercadoria geral.

De um lado, o filósofo húngaro indica que, para Marx, as categorias seriam “formas e determinações de existência”. Contudo, de outro lado, ele afirma que, no início de *O Capital*, Marx não parte das categorias relativas ao modo de produção capitalista, mas da “troca mais elementar de mercadorias”. A questão que surge com esta interpretação é: se o ponto de partida da exposição de Marx foi relativo às formas pré-capitalistas, como apresentar o movimento dessas novas formas e determinações de existência? Alguns problemas se apresentam, portanto, nessas interpretações de Engels e de Lukács: como se pode conceber a transformação das categorias de um estágio ao outro, isto é, da forma pré-capitalista à forma capitalista?

Pode-se recorrer, como exploração inicial do problema, a Hegel (1997b, § 376), que de forma idealista, fez alusão ao movimento de uma crisálida para apresentar, dentro da análise da filosofia da natureza, o processo de transformação dos seres.

Sobre esta morte da natureza emerge deste invólucro morto uma natureza mais bela, sai o espírito. É com a morte, o suprassumir do singular, que emerge o gênero, o espírito; pois a negação do natural, isto é, da singularidade imediata é isto: que o universal, o gênero é posto, e, sem dúvida, em forma de gênero. Na individualidade este movimento dos dois é o decurso, que se suprassume, e cujo resultado é a consciência, a unidade, que em e para si é unidade de ambos como Si, não só como o gênero do conceito interno do singular. Esta é a transição do natural para o espírito; no vivente a natureza se aperfeiçoou e concluiu sua paz, enquanto se transforma em algo mais alto. O espírito assim proveio da natureza. O fim da natureza é matar-se a si mesma e quebrar sua casca

do imediato sensível, queimar-se como fênix para emergir desta exterioridade rejuvenescida como espírito.

Para o filósofo idealista alemão, uma crisálida representaria um movimento de transformação do ser, em que a sua forma pretérita se suprassume (movimento de negação, manutenção e superação) e alcança uma forma superior, inédita. Esta forma nova, por sua vez, não apenas apresenta elementos inéditos, como anuncia, de forma retroativa, as possibilidades da forma anterior que foram realizadas. Se a forma nova surge da antiga, então a forma antiga já portava, em potência, essa transformação. Contudo, para surgir a forma nova, novas determinações foram consubstanciadas que, em processo dialético, se somaram e entraram em contradição com as anteriores. A forma nova é, assim, ao mesmo tempo, a continuação e a negação da forma anterior.

Se as categorias são formas que buscam expressar os movimentos dos seres, então toda nova determinação deste ser influencia na representação e na existência daquelas. Cabe à análise teórica buscar apreender não apenas as determinações que consubstanciaram esses seres, mas também a dinâmica que influenciou na sua constituição. Todavia, ainda que se possa indicar tendências deste desenvolvimento, o conhecimento opera em sentido retroativo na apreensão do movimento das transformações destes seres, isto é, depois que as mudanças ocorrem.

Além disso, a análise dessas transformações também permite apreender as formas anteriores de uma maneira mais complexa. Diante da forma nova, se revelam as potências (até então desconhecidas) da forma pretérita. Da mesma maneira, a vigência da nova forma implica na instauração de novos sentidos e funções para a forma antiga. Empregando um exemplo clássico de metamorfose, o surgimento da borboleta, após passar por sua fase de crisálida, tanto releva possibilidades da lagarta que foram efetivadas, quanto impõe novos significados e funções para a sua existência. Com a vigência da forma borboleta, não se trata mais apenas da forma lagarta, mas da forma lagarta que se transformou (e que tem o potencial de transformação) em borboleta.

As análises das categorias expressam modificações históricas do ser, mas a exposição sobre essas modificações, para ser efetiva, não ocorre pelo enfoque histórico sequencial. Segundo Marx, é por meio da categoria na sua forma mais desenvolvida que se pode captar efetivamente as determinações relativas às suas formas anteriores. No caso das formas da mercadoria, o ponto de partida é a vigência desta categoria na sociedade dominada pelo modo de produção capitalista:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. (Marx, 2011, p. 58).

Para Marx, em *O Capital*, a exposição do objeto recebe um sentido inverso daquele utilizado na sua investigação. Se as categorias devem ser expostas pressupondo o ponto máximo de suas

determinações – o seu maior desenvolvimento – a análise sobre ao modo de produção capitalista não pode partir das relações de trocas simples ou pré-capitalistas. A ausência deste postulado metodológico conduz a problemas de assimilação desta análise, visto que inviabiliza uma apreensão de transformações qualitativas e de como estas geram novos sentidos e funções para formas de categorias menos desenvolvidas. A mercadoria, dentro das relações econômicas capitalistas, apresenta novas determinações que não apenas se somam às formas econômicas anteriores, mas também conduzem a novas funcionalidades.

Considerações finais

Pode-se afirmar que o enfoque adotado por Marx em *O Capital* se diferencia bastante daquele empregado por Lukács na sua *Para uma Ontologia do Ser Social*. Nesta obra, o filósofo húngaro, diferentemente do pensador alemão, não objetivou apreender especificidades históricas e nem expor logicamente a vigência destas novas determinações. Como visto em citações anteriores, o tratamento dado por Lukács (2013, p. 78) para isolar a categoria trabalho seria importante para analisá-la “na sua forma originária, como órgão do metabolismo entre homem e natureza” e, desta maneira, demonstrá-la como “o modelo para a práxis social em geral”. Já a exposição realizada por Marx em *O Capital* nem parte da categoria do trabalho, nem se pauta por uma apresentação geral das suas condições de existência. Ela se processa e se delimita a partir da especificidade da sociedade dominada pelo modo de produção capitalista, tomando como referência a mediação particular desta sociedade, isto é, a mercadoria.

Entretanto, algumas obras teóricas que objetivaram apresentar elementos da economia política a partir de análises de *O Capital* de Marx incorporam pontos de partida diferentes dos do autor alemão. Esse foi o caso de Mandel (1978) que tomou como ponto de partida da sua exposição a categoria do sobreproduto social e buscou conectá-la à análise da mais-valia. Já Netto e Braz (2006) representam, de forma mais aproximada, o que poderia se visualizar como uma apresentação lukacsiana da crítica da economia política. O ordenamento expositivo por eles adotado parte de uma abordagem do trabalho no sentido ontológico trans-histórico e passa pela apresentação de categorias nas suas formas concretas que vão desde a predominante na era pré-capitalista (como as comunidades primitivas) até se chegar à produção de mercadorias dentro do modo de produção capitalista, nas suas diferentes fases históricas.

Estas abordagens diferem, portanto, do enfoque adotado por Marx em *O Capital*. Nesta obra, o autor alemão nem principia a sua exposição por categorias trans-históricas sem pressupor as determinações do modo de produção capitalista, nem toma por base uma categoria que teria um postulado universal (ou ontológico) e daí segue um ordenamento histórico analítico. A sua exposição tem predominantemente um caráter lógico que pressupõe as determinações específicas do objeto de análise – o modo de produção capitalista. O autor alemão parte, portanto, do objeto dado para que, desta forma, consiga não somente apreender o que é inédito deste fenômeno, mas também captar os processos de mudanças ou metamorfoses que ocorreram em relação ao que existia antes.

Conforme visto na introdução deste artigo, é fato que Lukács se dedicou, até o final da sua vida, não somente a uma séria assimilação do pensamento de Marx, como também ao prosseguimento da luta

política pela construção de uma sociedade emancipada. A sua monumental bibliografia, com destaque para os seus últimos escritos, manifesta esse grande esforço. A sua *Para uma Ontologia do Ser Social* tanto atesta uma grande erudição cultural, como também um domínio extenso filosófico e de teoria social. Além disso, se trata de um empreendimento de grande valor crítico dentro da tradição marxista e que auxilia diretamente na luta teórica e política da classe trabalhadora. Entretanto, ao se comparar a grande obra de Lukács com a de Marx, se observam diferenças importantes de análises e, principalmente, de enfoques metodológicos adotados na exposição das ideias. Lukács, nesse sentido, não é apenas um continuador de Marx, porque sua obra contém elementos inovadores e uma nova agenda de pesquisa.

A principal diferença entre as duas obras são seus objetivos analíticos: Marx objetivou analisar o modo de produção capitalista e Lukács almejou apreender as especificidades do ser social, que são muito mais gerais do que a análise contida em um modo de produção. Ao analisar um objeto mais geral, sem dúvidas, Lukács teve que se ocupar também com determinações do modo de produção capitalista. Por isso, este autor também teve contatos com a crítica da economia política, mas em um nível de abstração bastante distinto do de Marx. Desconsiderar essas distinções pode prejudicar uma assimilação mais precisa de ambas as obras.

Referências:

- ENGELS, Friedrich. Preface. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected Works**. Vol. 37 (Karl Marx – Capital Volume III). London: Lawrence & Wishart, 2010.
- FREDERICO, Celso. Cotidiano e arte em Lukács. **Estudos Avançados**, São Paulo, n.14, 2000.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto: uma tragédia**. Primeira parte. São Paulo: Editora 34, 2004.
- HEGEL, Georg. Prefácio. In: HEGEL, Georg. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.
- HEGEL, Georg. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas**. Vol. II. São Paulo: Loyola, 1997b.
- LUKÁCS, Georg. **Pensamento Vivido: autobiografia em diálogo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.
- LUKÁCS, Georg. **Conversando com Lukács: entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014a.
- LUKÁCS, Georg. **Notas para uma ética: Verzuche zu einer ethik** (edição bilíngue). São Paulo: Instituto Lukács, 2014b.
- LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. Tomo II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. Tomo I. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, Georg. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, Georg. **Estética 1: la peculiaridad de lo estético**. Vols. 04. Barcelona: Grijalbo, 1982.
- MANDEL, Ernest. **Introdução à Teoria Econômica Marxista**. Lisboa: Antídoto, 1978.
- MANDEL, Ernest. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

- MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. I. Livro Primeiro (O processo de produção do capital). Tomo 1 (prefácios e capítulos I a XII). São Paulo: Nova Cultural, 1996a. (col. Os economistas)
- MARX, Karl. Prefácio da Primeira Edição. In: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. I. Livro Primeiro (O processo de produção do capital). Tomo 1 (prefácios e capítulos I a XII). São Paulo: Nova Cultural, 1996b. (col. Os economistas)
- MARX, Karl. Comments on James Mill, *Eléments d'économie politique*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected Works**. Vol. 03 (Karl Marx, March 1843 – August 1844). London: Lawrence & Wishart, 2010a.
- MARX, Karl. Economics Manuscripts of 1857-58 (First Version of Capital). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected Work**. Volume 28. London: Lawrence & Wishart, 2010b.
- MARX, Karl. Cadernos de Paris. In: MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos Econômicos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015a.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômicos de 1844. In: MARX, Karl. **Cadernos de Paris & Manuscritos Econômicos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015a.
- NETTO, José Paulo (org.). **História e Consciência de Classe**: cem anos depois. São Paulo: Boitempo, 2023.
- NETTO, José Paulo. Apresentação. In: LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social**. Vol. I. São Paulo: Boitempo, 2012.
- NETTO, José Paulo. Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio (Orgs.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- OLDRINI, Guido. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio (Orgs.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio (Orgs.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- WELLEN, Henrique. A alienação no jovem Lukács: História e consciência de classe e a crítica à reificação. In: NETTO, José Paulo (org.). **História e Consciência de Classe**: cem anos depois. São Paulo: Boitempo, 2023.
- WELLEN, Henrique. Karl Marx, força de trabalho e trabalho abstrato: mediações teóricas e políticas. **Textos e contextos**, v. 19, n. 2, p. 01-18, 2020.
- WELLEN, Henrique; ROSA, Elton. A categoria força de trabalho e a Crítica da Economia Política: Marx em duas décadas de estudos econômicos (1847-1865). **Scribes**, v. 2, p. 01-22, 2021.

Notas

¹ Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutorado em Teoria Política pela University of Kent. Professor de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0608444866355465>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4787-5918>. E-mail: harw@uol.com.br.

² Doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG). Analista para Assuntos Administrativos (USP). Pesquisador do Grupos de Pesquisa Economia Política Contemporânea (UFMG). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0024114014385364>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9914-997X>. E-mail: eltonrosa@gmail.com.

³ Dentre as diferentes deturpações que teriam ocorrido na assimilação do pensamento de Marx, Lukács (2014a, p. 173-174) destacou a versão neopositivista, que sobrepujava a análise teórica a encaminhamentos políticos instrumentais.

⁴ Se, em 1923, Lukács (2003), criticou Engels por equalizar a dialética social à dialética da natureza, em 1971, ele afirmou que a utilização deformada de uma visão histórica, baseada em necessidade lógica, (empregada pelo autor alemão e por alguns social-democratas), teria servido de base para o stalinismo (Lukács, 2017).

⁵ Em outubro de 1959, Lukács escreveu uma carta, destinada a Lucien Goldmann, em que criticava o autor francês por supervalorizar a sua obra de 1923 (*História e Consciência de Classe*), em detrimento das obras do período mais recente de sua vida: “Se eu tivesse morrido por volta de 1924 e minha alma perene olhasse sua atividade literária do além, ela ficaria plena de um verdadeiro reconhecimento de você se ocupar tão intensamente de minhas obras de juventude. Mas como eu não estou morto e como durante trinta e quatro anos eu criei o que se pode chamar apropriadamente a obra de minha vida e como, para você, essa obra simplesmente não existe, é difícil para mim, enquanto ser vivo, cujos interesses estão claramente dirigidos para a própria atividade presente, tomar posição sobre suas considerações” (apud FREDERICO, 2000, p. 299).

⁶ Dentre os principais motivos para a incorporação do pensamento de Lukács dentro do Serviço Social brasileiro, destaca-se a atuação de importantes professores lukacsianos destes cursos, como José Paulo Netto, Sérgio Lessa e Carlos Nelson Coutinho (na sua fase pré-gramsciana).

⁷ A conexão de Marx com esse campo de estudos se torna explícita desde a primeira metade de 1840, quando ele iniciou as suas leituras sobre a economia política e produziu, por exemplo, um conjunto de rascunhos analíticos sobre esse tema (Marx, 2015a; 2015b; 2010a). Em seguida, a partir de 1844, se revela a permanente presença da economia política nos estudos e pesquisas do autor alemão, como ciência a ser assimilada criticamente. Ocorre que, ao menos duas décadas depois desses estudos iniciais é que Marx, ao publicar a primeira edição da sua principal obra teórica, apresenta, de forma sistemática, uma análise inédita e idiossincrática da economia política. Conforme indica o subtítulo do seu livro mais importante (*O Capital*), ele, enfim, teria chegado à sua *crítica da economia política*.

⁸ “Era no início a Ação!” (*Im Anfang war die Tat!*), frase do *Fausto* de Goethe (2004, p. 130-131), em que o personagem principal apresenta uma nova tradução para a frase do Evangelho segundo São João. Marx (1996a, p. 211), por sua vez, cita esta passagem de Goethe para indicar a ação das pessoas na relação de troca de mercadorias a partir da configuração de um equivalente econômico: “Em sua perplexidade, pensam os nossos possuidores de mercadorias como Fausto. No começo era a ação. Eles já agiram, portanto, antes de terem pensado”.

⁹ Recentemente, em celebração ao centenário de publicação de *História e Consciência de Classe*, foi publicada, no Brasil, uma coletânea, organizada por Netto (2023), que contém análises sobre a importância e a atualidade desta obra de Lukács.

¹⁰ Oldrini (2002, p. 72) ressalta que, ainda que Lukács somente tenha utilizado a categoria ontologia para qualificar os seus estudos a partir do final de sua vida, as suas publicações sobre estética, datadas dos anos de 1960 (Lukács 1982), já possuiriam, mesmo que de forma não explicitada, vários princípios e categorias relativos a esta proposta analítica.

¹¹ Para ressaltar o caráter de dependência que os valores e as escolhas humanas possuem em relação às causalidades sociais que, em primeira instância, se refratam do trabalho enquanto mediação entre ser social e natureza, Lukács (2014a, p. 150), apresenta a seguinte expressão: “o homem é um ser que dá respostas”.

¹² Conforme já destacado, Lukács, neste momento da análise do trabalho a partir da sua prioridade ontológica, abstrai os elementos valorativos e morais. Nesse sentido, ele aponta que, mesmo em sociedades baseadas na troca de mercadorias e na divisão do trabalho, ocorrem estes processos de ampliação da sociabilidade: “A necessidade com que o desdobramento da divisão do trabalho leva à troca de mercadorias e, com esta, ao valor como regulador de cada uma das atividades econômicas desempenha um papel significativo no processo aqui descrito, o tornar-se-sempre-mais-social do ser social, em que se dá sua reprodução permanente numa escala cada vez mais elevada da socialidade” (Lukács, 2013, p. 166) Claro que, para o autor húngaro, esta ampliação da sociabilidade não pode ser identificada como sinônimo de humanização. O desenvolvimento social pode, dialeticamente, por exemplo, servir para ampliar a melhoria e a destruição de vidas humanas.

¹³ Uma das principais premissas metodológicas apresentadas por Hegel acerca do conhecimento é que esse se processa em *post festum*, isto é, como forma de explicação posterior à existência dos fatos: “Para dizermos algo mais sobre a pretensão de se ensinar como deve ser o mundo, acrescentaremos que a filosofia chega sempre muito tarde. Como pensamento do mundo, só aparece quando a realidade efetuou e completou o processo da sua formação. O que o conceito ensina mostra-o a história com a mesma necessidade: é na maturidade dos seres que o ideal se ergue em face do real, e depois de ter apreendido, o mundo na sua substância, reconstrói-o na forma de um império de ideias. Quando a filosofia chega com a sua luz crepuscular a um mundo já a anoitecer, é quando uma manifestação de vida está prestes a findar. Não vem a filosofia para a rejuvenescer, mas apenas reconhecê-la. Quando as sombras da noite começaram a cair é que levanta voo o pássaro de Minerva” (Hegel, 1997, p. XXXIX).

¹⁴ Mandel (1968) apresenta elementos teóricos e biográficos importantes sobre algumas destas alterações no pensamento de Marx. Um cotejamento entre obras centrais de períodos diferentes da formação econômica de Marx (final dos anos de 1840 e metade da década de 1860), que ilustra de forma objetiva, algumas destas alterações, pode ser encontrada em Wellen; Rosa (2021).

¹⁵ Observa-se que, pela particularidade no enfoque metodológico adotado em *Para uma Ontologia do Ser Social*, o entendimento apresentado por Lukács sobre estas categorias (valor e valor de troca), apresenta diferenças

importantes em relação aquele exposto por Marx em *O Capital*: “Quanto mais universal a disseminação do valor de troca, tanto mais clara e nitidamente o tempo de trabalho socialmente necessário ocupa o lugar central enquanto fundamento econômico de sua respectiva magnitude. Através do tempo de trabalho socialmente necessário, sobretudo o tempo de trabalho individual, exigido para a confecção de um produto, adquire uma determinidade que vai além da que lhe é dada pela natureza. [...] Valor de uso e valor de troca são, com efeito, formas objetivas heterogêneas uma em relação à outra, mas a socialidade da produção justamente executa entre eles um processo permanente de conversão recíproca. Por exemplo, quando um capitalista se vale de trabalho assalariado na produção, ele compra (como faz qualquer comprador) o valor de uso, nesse caso, o da força de trabalho, de sua capacidade de produzir mais que o necessário para a sua reprodução, exatamente a propriedade que determina o seu valor de troca. É a execução do trabalho – no quadro do tempo de trabalho socialmente necessário – que torna possível que os produtos criados por meio dele (igualmente valores de uso), por sua vez, adquiram um valor de troca, no qual está contido o produto específico do valor de uso da força de trabalho como mais-valor” (Lukács, 2013, p. 167).

¹⁶ Constatam-se, ao longo das obras econômicas de Marx, mudanças importantes acerca do tratamento dado à categoria trabalho abstrato. Uma síntese com elementos centrais sobre essas inflexões pode ser encontrada em Wellen (2020).

¹⁷ Outro exemplo deste tipo de categoria, utilizada por Marx (1996a) para analisar o valor das mercadorias, e que está conectada diretamente com o trabalho abstrato é o tempo de trabalho socialmente necessário. A validade desta categoria se encontra na totalidade social, como um cálculo sistemático das médias dos tempos de trabalho individualmente aplicados à produção de uma determinada mercadoria e que leva em consideração o desenvolvimento das forças produtivas. Também é importante ressaltar que, no ordenamento de *O Capital*, a categoria trabalho abstrato é indicada de forma precedente à categoria tempo de trabalho socialmente necessário.

¹⁸ Dois pares de procedimentos metodológicos se conectam na análise de Marx: a) entre o método de investigação e o método de exposição, em que se distingue o caminho de apreensão das determinações dos objetos da maneira empregada para a sua exposição; b) entre a forma histórica e a forma lógica para expor, de maneira coerente e sistemática, as determinações processuais que consubstanciam os objetos analisados.

Recebido em: 2 de abr. 2024

Aprovado em: 20 de dez. 2024